



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PETIÇÃO N.º 581/X/4.^a

Da iniciativa de: Comissão de Trabalhadores da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo (CNT-DGAIEC) e outros

Assunto: Solicitam que a Assembleia da República promova o debate necessário sobre os vínculos, carreiras e remunerações dos trabalhadores da DGAIEC

RELATÓRIO FINAL

1 – A presente petição, em nome colectivo, foi apresentada pela Comissão Nacional de Trabalhadores da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo e Outros.

2 – A petição solicita à Assembleia da República que seja promovido um debate sobre vínculos, carreiras e remunerações dos trabalhadores da DGAIEC uma vez que consideram que o regime de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas “põe em causa a nomeação dos funcionários aduaneiros para o exercício de autoridade e da soberania do Estado nas fronteiras, através dos controlos, verificações e fiscalizações sobre o trânsito de mercadorias e de capitais e poderá colocar em risco os compromissos assumidos pelo Estado Português



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

com a União Europeia e com a Organização Mundial das Alfândegas para o combate contra as ameaças crescentes às fronteiras externas da União Europeia e à segurança dos seus cidadãos perpetrados pelos diversos tráficos ilícitos da criminalidade organizada”.

3 – Os peticionários fizeram acompanhar o pedido *sub-judice* de 5 dossiers para sustentar o debate solicitado.

PARECER

Tendo sido respeitados todos os requisitos técnicos e processuais aplicáveis, nomeadamente a competente audição pública e a publicação no Diário da Assembleia da República, deve a presente petição ser remetida a Sua Excelência O Presidente da Assembleia da República, acompanhada do presente relatório e parecer e, bem assim, dos demais elementos instrutórios para efeitos do necessário agendamento e discussão em Plenário da Assembleia da República.

Palácio de S. Bento, 20 de Julho de 2009.

O Deputado Relator,

(Miguel Santos)

O Presidente da Comissão,

(Alberto Arons de Carvalho)